

**ACAMPAMENTO  
ALBERNOA  
20  
30 AGO.79**

**ESTUDANTES PELO COMUNISMO**

**EPC 26  
n.º 26**

boletim estudantil -10.00

**ANO IV - AGOSTO 79**

assinatura:50.00

# a abrir: editorial



E PRONTO! Cá está o EPC do Acampamento.

Cumpre-se assim, não da forma que à partida se propunha, com todas as dificuldades e acidentes de percurso, aquilo a que demos início em Janeiro deste ano, após o Encontro sobre o Trabalho Associativo e Cultural, - mas cumpru-se.

Sairam, nestes 8 meses, quatro números do EPC que, em nosso entender, marcam uma viragem positiva no estilo de trabalho que neste campo vimos produzindo.

Há, no entanto, que fazer um balanço mais aprofundado de todo o trabalho.

O Acampamento, que agora iniciamos, é um espaço em que devemos ousadamente abrir este debate que, na sequência do trabalho que se vem fazendo, ultrapassa claramente o quadro do MES para se situar, de alguma forma, em toda a área revolucionária - em crise, é certo, mas numa desejável perspectiva de recomposição.

Para além destas linhas que agora alinhavamos e que têm mais a ver com uma perspectiva, por um lado mais geral, de como nos inserimos em toda a problemática política desta área; e, por outro mais específica, que tem a ver com o Acampamento que estamos a realizar. Para além disto, dizíamos, o presente EPC compõe-se de mais dois textos que, julgamos, poderão ser um auxiliar e uma base de discussão para o nosso trabalho futuro no seio da juventude, estudantil em especial.

O primeiro texto é a transcrição integral de um artigo recentemente publicado em "O Jornal da Educação" que coloca - de forma que, a nosso ver, tem muito em comum com o que vimos dizendo, - a problemática do ME na realidade actual da Europa capitalista, em concreto da Europa do Sul que, na presente situação, tem muito a ver com o quotidiano em que, dia a dia, Portugal se encerpa.

No segundo texto procuraremos colocar o debate, o trabalho que ao longo destes meses produzimos, de forma a que se torne perceptível aos olhos de todos os camaradas e companheiros que conosco vão viver estes dias.

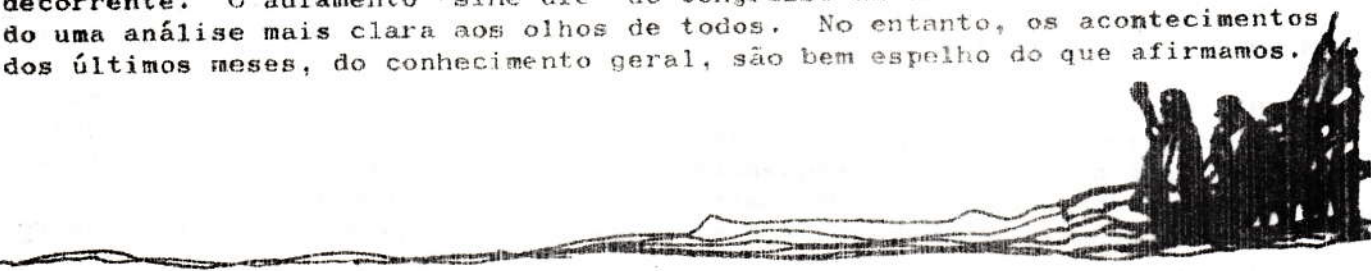
Não procuramos aviar receitas", nem por à aprovação teses "novas" imbatíveis, antes pretendemos pôr em comum, no debate, que queremos seja de todos, o resultado daquilo que de alguma forma avançamos.

Pensamos, como aliás já dizíamos no Editorial do último EPC, que "a crise se situa ao nível da prática e do programa (...) não estando, contudo, esgotados os princípios (...) é dentro desta ordem de ideias que o problema da recomposição do campo revolucionário tem de ser discutido ...". É assim que, para nós, o Acampamento se reveste de grande importância, dentro da situação particular do trabalho de juventude e da situação geral da área política em que nos temos vindo a colocar.

**2** A situação na área revolucionária é, hoje, marcada pela crise generalizada da dos aparelhos partidários e da própria prática política. Esta situação que tem vindo a amadurecer ao longo dos últimos anos, não é exclusiva desta ou daquela organização, ou, sequer, estritamente do nosso país, embora as características próprias da evolução da sociedade onde nos movemos se tenham reflectido de maneira particular neste amadurecimento. Amadurecimento que durante os últimos meses sofreu um aceleramento na definição de contornos de grande importância para uma análise da sua evolução futura.

Sem nos alongarmos demasiado nos "quês" e "porquês", que em outros documentos já vêm sendo referidos, é de reforçar a estreita articulação que vem marcando o debate que, a um nível, se vem produzindo no seio das organizações e correntes políticas, e, ao nível específico do trabalho estudantil, em nós próprios. Debate este, decorrendo de uma forma que podemos considerar paralela, com muitos pontos de contacto e uma evolução de percurso semelhante.

O recente Congresso do MES, revelou-se como um marco importante nesta clarificação. Mais do que "o abandono de determinados princípios" ou uma "nova colocação" por parte de determinada organização, o Congresso do MES, os debates preparatórios e as suas consequências, são um bom exemplo da evolução que se vem produzindo nesta área, da forma como esta se produz, e de como as várias posições se poderão vir a colocar. É, em última análise, o "legitimar" de uma situação que se caracteriza pela existência de correntes de opinião política que, não estravasando ainda o quadro organizativo existente, não coincidem, no entanto, com este. - Esta afirmação não pode ser entendida sem uma referência expressa ao desfecho recente da crise do PCP(r), e à situação daí decorrente. O adiamento "sine die" do Congresso da UDP dificulta de algum modo uma análise mais clara aos olhos de todos. No entanto, os acontecimentos dos últimos meses, do conhecimento geral, são bem espelho do que afirmamos.



É esta porventura, a característica actual mais importante desta área: a existência de correntes políticas com afirmação própria que não coincidem com o quadro partidário-legal existente.

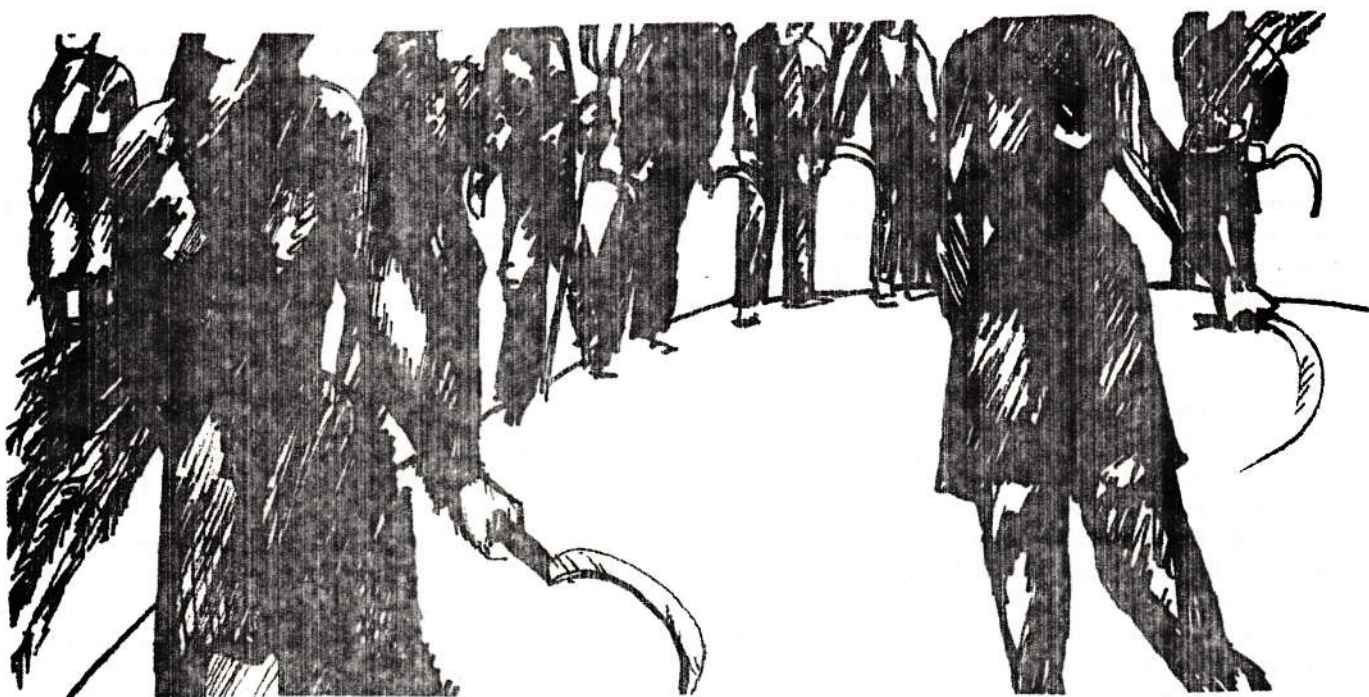
Isto vem confirmar o encerrar da evolução da área revolucionária dentro do actual quadro organizativo, e aponta para um reagrupar de forças na definição, a prazo, de um novo quadro.

A recomposição do campo revolucionário, que não pode ser entendida como o reordenar das organizações existentes, nem pela adição aritmética das correntes que agora se afirmam - já que uma das principais características destas, se situa na fragilidade de posições e na efemeridade de existência futura -, ganha assim, aos olhos de todos, uma nova dimensão e contornos mais definidos.

As iniciativas em curso, em que o que atrás dissemos é real, revestem-se assim da máxima importância na evolução futura desta questão. De entre estas assume maior relevo a questão eleitoral, em particular o problema das intercalares.

Relativamente a esta questão, pensamos que na situação actual, a desorientação e descrença de muitos camaradas e sectores que, de uma ou outra forma, se têm colocado no novo terreno, é motivada, e a outro nível obstáculo, à não compreensão do percurso, positivo, que focamos. Assim, a ausência, no próximo processo eleitoral, de uma candidatura clara desta área trará consequências que, pensamos são já claras aos olhos de todos. De facto, o preenchimento eleitoral do espaço político a que nos vimos referindo, não se compadece com uma ou duas candidaturas isoladas, da auto-afirmação de cada um dos extremos da área reformista.

A perda de referência de massas imediata do sector revolucionário será, por ventura, a consequência mínima de tal situação. A ausência de uma verdadeira candidatura de Unidade Popular traduzir-se-á, a prazo, na desorientação em



toda uma área, no aconchego ao campo reformista e de difícilíssima recuperação; será, uma tentativa de empurrar da recomposição do campo revolucionário para o simples reordenamento de posições na base do ideologismo, fora do contexto social, fechada sobre si mesma - à "velha maneira"...

A recente, na altura em que escrevemos, Declaração Para Uma Candidatura de UNIDADE POPULAR, é um factor positivo no contrariar da tendência apontada, coloca na ordem do dia o combate por aqueles objectivos, contra a "megalomania" de grupo dos sectores que, à "velha" ou à "nova" maneira entendem qualquer "recomposição" centrada sobre o seu umbigo e, que, em última análise, já se acham "recompostos"...

Por outro lado, na actual situação, qualquer candidatura terá que ter em conta, de dar resposta, determinadas questões que vêm marcando a viragem do processo político. De entre os sectores sociais que aqui vêm ganhando peso, os já célebres "novos sectores sociais emergentes" e as "novas questões", a juventude é sem dúvida da máxima importância. De facto, a marginalização a que tem sido votada ao longo de todos estes anos, questões como o emprego, a habitação e a integração social, têm merecido um desprezo, quer por parte dos governos e sectores da burguesia quer, mesmo, por parte das próprias forças de esquerda.

A responsabilidade sobre as organizações revolucionárias de juventude é grande, e na situação presente, pensamos não estar qualquer sector, por si, apto a dar-lhe uma resposta efectiva.

A discussão destas questões durante o Acampamento, confrontando as experiências dos camaradas e companheiros que conosco vão estar, deverá ser um dos factores que poderá marcar uma evolução do trabalho revolucionário de juventude.

**3** É assim que, para nós, a importância da discussão e do debate durante estes dias se coloca de forma candente.

Ao avançarmos na proposta que veio a dar corpo ao Acampamento tínhamos em conta esta necessidade que, ao longo do debate que internamente ao sector estudantil do MES se vinha produzindo, se mostrava imprescindível. Por um lado, estes últimos anos revelaram uma prática por parte das organizações de juventude em que a ausência de respostas era marcante, por outro lado, para além do debate que produzimos, e que em devido tempo demos conhecimento aos vários sectores que conosco trabalham, não temos conhecimento de qualquer tentativa

continuada de discussão destes problemas em toda a área revolucionária. Por certo, a situação que se vivia de crise organizativa das várias forças, a isso levou.

Está, pois, na altura de romper com o imobilismo e alargar a discussão a todos os camaradas e companheiros que nisso estiverem interessados. O Acampamento será o primeiro passo, daqui deverão sair pistas concretas de trabalho para serem cumpridas nos próximos meses. A realização de Jornadas Estudantis de Unidade Revolucionária a produzir no início do próximo ano lectivo em cada Academia, é a proposta que deixamos na mesa para a continuação do trabalho que agora começaremos.

Para além disto o Acampamento, deverá ser, e, julgamos, tem condições para o ser, um espaço concreto para, enquanto jovens, quebrar com determinada lógica de quotidiano que nos vem sendo imposto e, ao menos nestes dias, reivindicarmos e usarmos a vida que nos pertence.

A forma como o Acampamento foi preparado, por um lado relacionada com as dificuldades que se vêm sentindo nos vários sectores presentes, e, por outro, tendo em vista que o espaço que a partir de agora iremos construir seja de cada um de nós, obriga a que cada camarada assumna na sua liberdade individual a responsabilidade colectiva do quotidiano que vai ser o nosso.

A participação de cada um, e de todos, na vida do acampamento é, pois, o primeiro passo para o seu êxito.

Ainda neste sentido, a questão das brigadas de trabalho que iremos organizar, deve merecer a atenção de todos.

A escolha do local para a realização do Acampamento teve em conta as facilidades que os camaradas da Cooperativa nos proporcionaram e as condições naturais óptimas que vimos encontrar, mas, fundamentalmente, a possibilidade de, durante estes dias, e a par com as actividades atrás apontadas, podermos conhecer o dia a dia de uma das mais importantes conquistas de Abril, o quotidiano, a cultura dos camaradas trabalhadores agrícolas da Reforma Agrária. As brigadas de trabalho que iremos formar ao longo do Acampamento têm, pois, a finalidade de, a par da experiência concreta do trabalho manual, um convívio íntimo com a realidade e quotidiano de um dos sectores que ao longo do processo revolucionário de destacou na luta pelo Socialismo, e que reflecte e transporta em si as transformações que esse mesmo processo, e as suas contradições, produziram a diferentes níveis.



OUSEMOS NESTE ACAMPAMENTO  
ROMPER COM O DIA A DIA,  
E NESTA MISÉRIA DE QUOTIDIANO  
QUE NOS VAI ESMAGANDO,  
VAMOS ABRIR UM ESPAÇO PARA VIVER,  
VAMOS DESBRAVAR O TERRENO  
PARA CONTINUAR A LUTA!

BOM TRABALHO!

O COLECTIVO DO EPC

# Europa: para onde vai o Movimento Estudantil?



TRANSCREVEMOS O PRESENTE TEXTO, PUBLICADO NO "JORNAL DA EDUCAÇÃO" DE JULHO ÚLTIMO E DA AUTORIA DE JORGE WEMANS, COM A INTENÇÃO DE COLOCAR, NO SEIO DO DEBATE QUE VIMOS PRODUZINDO, A QUESTÃO DO ME DE UMA FORMA DE ALGUM MODO NOVA - NA SUA DIMENSÃO INTERNACIONAL, ATRAVÉS DOS DADOS LANÇADOS SOBRE A REALIDADE DA EUROPA DO SUL.

NUMA PRIMEIRA ANÁLISE DO TEXTO SÃO DE SALIENTAR 2 PONTOS: POR UM LADO, A SUA LEITURA REVELA MUITOS PONTOS DE CONTACTO COM OS DOCUMENTOS QUE TEMOS VINDO A ELABORAR; ISTO QUER DIZER QUE A SITUAÇÃO QUE VIVEMOS EM PORTUGAL NÃO É EXCLUSIVA, TEM A VER COM UMA REALIDADE MAIS VASTA, É, EM ÚLTIMA ANÁLISE, REFLEXO DO "APROXIMAR ACELERADO DA EUROPA". POR OUTRO LADO, SÃO MARCANTES UMA SÉRIE DE FACTOS QUE, PERMANECENDO (POR ENQUANTO) ESTRANHOS AO NOSSO QUOTIDIANO, GANHAM JÁ PESO PREPONDERANTE NA REALIDADE SOCIAL DO RESTO DA EUROPA - SÃO DADOS IMPORTANTES PARA A ANÁLISE FUTURA DA NOSSA ACCÃO.

As greves da Primavera de 76 em França contra a reforma do segundo ciclo dos estudos universitários, as manifestações dos estudantes belgas no Inverno de 75 contra a redução das bolsas e o aumento das propinas, o fenómeno dos «autónomos» e o dos «índios metropolitanos» na Itália, a maior expressividade ganha pelo movimento «acatra» na Espanha, as movimentações na Universidade Portuguesa contra a política do ministério Cardia, são exemplo desses sobressaltos de agitação que conseguem ser notícia nos meios de comunicação social e obrigam a opinião pública europeia a recordar-se da existência duma problemática estudantil.

Mais difícil se torna ultrapassar esta leitura episódico-aneddótica e tentar discernir o que se esconde por detrás do aparente silêncio da contestação estudantil. De facto, uma análise mais funda do ME na Europa depara-se com dificuldades várias e resistências não negligenciáveis, dificuldades que decorrem da falta de informação — a explosão multiplicadora de pequenos grupos de intervenção e reflexão, diversifica os canais de comunicação e impossibilita praticamente a concentração duma informação significativa face à multiplicidade de realidades que integra hoje a massa estudantil. Resistências que se situam ao nível da metodologia e dos conceitos tradicionalmente utilizados na análise do ME e ainda na persistência de certos debates já clássicos, sobre os quais toda a reflexão se sente obrigada a pronunciar-se, desviando-se assim da tarefa de analisar a realidade actual e de descobrir os terrenos onde o ME pode ganhar uma significação própria.

Tenta este texto ser uma interpretação (limitada, por certo!) da situação do Movimento Estudantil na Europa; tentativa necessariamente parcial e não tão polémica como desejaríamos, mas naturalmente relacionada com o debate sobre as perspectivas que as diferentes forças deste país apontam para o ME. Ao fazê-lo, circunscrevemo-nos à Europa Latina com breves referências ao que se passa nos países do Norte e utilizaremos o conceito de ME como englobando toda a faixa mais activa da massa estudantil, sem o confinar, portanto, às meras movimentações corporativas ou a uma concepção elitista que o reduziria aos seus núcleos mais politizados e organizados.

## Espectro do Movimento Estudantil

Talvez uma das características mais evidentes do pós-68 seja a pluralidade de reagrupamentos em que se desdobra o ME, pluralidade que corresponde às várias áreas de problemática que atingem a massa estudantil e que as antigas formas de organização para-sindicais não conseguem responder e unificar. Assim, o espectro daquilo a que chamámos ME alarga-se e diversifica-se.

A ecologia e as relações de exploração do Terceiro Mundo provocam o nascimento de vários colectivos de acção: a atenção ao cultural cria uma série de grupos de investigação e intervenção fundamentalmente virados para o exterior da universidade: a própria condição do jovem (desemprego, marginalização, etc...) está na base de reagrupamentos diversos, de expressão mais ou menos violenta da revolta

juvenil; a participação na gestão e na orientação pedagógica são outros canais de mobilização de parte do ME; a investigação, ligada ou não à profissionalização gera também centros de trabalho que ultrapassam o estrito currículo universitário. É face a esta pluralidade, de que apenas referimos alguns exemplos, que as diversas organizações políticas existentes na universidade se confrontam e, estando ou não na origem destes reagrupamentos, tentam influenciá-los a partir das suas clivagens e grupusculturação, produtos da sua profunda ideologização: organizações que influenciam o ME mais pela adesão de estudantes ao programa do partido que representam, do que por uma proposta de prática estudantil inovadora; organizações que desempenham, no entanto, um papel preponderante nas movimentações massivas dos estudantes, as quais, como vimos, se desenvolvem fundamentalmente na base da luta contra as decisões que alteram a sua vida académica (bolsas, currículo, gestão, etc...): mais dificilmente conseguem, estas organizações, canalizar o descontentamento estudantil originado em causas não directamente académicas, mas que provêm da situação social mais geral da juventude (desemprego, marginalização, etc...), questões onde, movimentos de carácter menos tradicional têm tido um protagonismo mais evidente (índios metropolitanos, etc...).

Um pouco por toda a parte se vai dando este processo de redução da importância das uniões e associações de estudantes com carácter unitário e massivo. Se Maio de 68 contribuiu para a sua decomposição por razões ideológicas, o próprio quotidiano estu-

dentil se encarregou de gerar iniciativas cuja expressão e desenvolvimento não se enquadraram mais nesse tipo de estruturas unitárias.

Exemplo significativo desta tendência é o resultado da sondagem realizada em França pelo «Guide de l'Étudiant» e por «Le Monde de l'Éducation» e publicada em Setembro de 77 o qual conclui que 90% dos estudantes universitários não aderem a nenhum movimento político ou sindical. A realidade de outros países, ainda que diferente, não deixa de se aproximar da situação francesa, tornando-se assim claro que as estruturas e organizações que tradicionalmente representavam os estudantes vêm hoje a sua representatividade fortemente posta em causa, não só pelo número reduzido de estudantes que atraem, mas fundamentalmente pelo facto de que já não aglutinam à sua volta os sectores estudantis mais activos e críticos face à crise que sobre eles pesa.

De resto, e para nós mantermos no quadro francês, a própria UNEF afirma que a sua evolução a levará a ser cada vez mais um sindicato estudantil, dado que «(...) os estudantes se tornam, pouco a pouco, em trabalhadores em formação, tal como os outros trabalhadores submetidos às mesmas condições sociais que o resto da população». Esta linha de reflexão que coloca em causa, segundo alguns, a própria autonomia estudantil, levaria, em última consequência, a uma ligação orgânica com as centrais sindicais, tal como outro qualquer sindicato. Ideia que, tanto a CGT como a CFDT, parecem começar a encarar seriamente, depois de tantos anos de relação desconfiada com as organizações estudantis. Tentativa de fazer convergir em organizações unitárias a diversidade das questões ressentidas pelo meio universitário, ou antes, perspectiva de homogeneização dum sector tão caracteristicamente heterogéneo?

Seja como for, do que não restam dúvidas é que o silêncio que pesa sobre o ME não resulta tanto de uma estagnação ou apatia estudantis, ainda que a grande maioria se assumia como marginal em relação à vida política do seu país, mas é muito mais consequência da «atomização» da prática estudantil condicionada pelo sentir e pensar de diversos pequenos grupos que não geram uma consciência colectiva da condição estudantil.

É este facto que explica também a natureza corporativa das movimentações estudantis. O aparente silêncio só se rompe pela via da reacção a altera-

ções da vida académica contra o desejo da massa estudantil. Ai sim, é possível ao ME recuperar a voz e a força capaz de a fazer ouvir pois existe, momentaneamente, uma revolta generalizada contra essas imposições. Ora, incorrecto seria, pensar-se que o ME se reduz a estes momentos em que ganha uma representatividade evidente. A própria vitalidade conseguida nestas alturas mostra a existência de núcleos activos que influenciam este tipo de movimentações originariamente corporativista.

Se este é o presente, importante será descortinar as causas que provocam a ausência dum consciência colectiva da condição estudantil e desvendar as potencialidades que se escondem neste «eclatement» do movimento estudantil.

### O vazio da condição estudantil

Quais os traços que permitem individualizar o grupo estudantil de outros grupos sociais? «Ser estudante» hoje é algo claramente definido e palpável? Para além dos dados objectivos, produzirão os estudantes uma imagem de eles próprios na qual se reconheça a maioria dos universitários?

Recuando um pouco no tempo a percebemos de que a condição estudantil foi uma realidade marcada por uma instituição — a universidade — minimamente estável e definida no seu ser, nas suas funções e na sua população «guetto» intelectual distanciado da produção, orgulhoso das suas tradições e da sua dinâmica interna, claramente definida nas suas funções de lugar onde se apossa, sem barreiras, a experiência da razão crítica e de preparação para uma vida profissional situada nos estratos mais elevados da sociedade, frequentada quase exclusivamente pelos filhos dos seus anteriores actores e por isso mesmo capazes de criar e renovar um «folklore» estudantil, expressão dum maneira de ser, dum «cultura» própria do sector universitário.

Hoje, pouco resta destes vectores que configuravam o corpo estudantil. A universidade, a quem se arrancou uma maior democratização: sobre a qual se abateu a revolta de 68 contra o seu isolamento de «guetto» que entrou num ritmo alucinante de reformas, só possível dado o mal-estar latente nas relações sociedade-universidade: que é profundamente atingida pela crise de

civilização-ressentida nas sociedades europeias desde 74; esta universidade não é mais uma instituição capaz de definir uma condição estudantil evidente e palpável.

Se nos anos 60 o mercado de trabalho dum economia em expansão absorvia (e, inclusive, necessitava) o aumento de diplomados saídos dum universidade em lento processo de democratização (abrindo-se a classes até aí impossibilitadas de a frequentar), tal não se verifica mais a partir dos anos 70, nos quais a universidade se toma numa fábrica de desempregados intelectuais.

Dal as permanentes reformas visando reequilibrar a democratização com as necessidades limitadas do mercado de trabalho, impondo cada vez mais duras condições de selecção, diversificando a estrutura universitária para poder manter institutos de alta credibilidade formativa a par dos cursos superiores curtos e das faculdades massivas, quais grandes liceus de divulgação dum cultura geral sem credibilidade no mercado de trabalho.

Este conjunto de reformas não tem consequências unicamente ao nível da estrutura universitária, ele instaura também um reconhecimento da diminuição progressiva da importância das universidades como lugares de investigação científica, ao reduzir drasticamente as verbas e os currículos a este fim destinados: altera profundamente o quotidiano estudantil pelos novos ritmos de avaliação que introduz, pela desagregação do espaço físico e colectivo tradicional — os estudantes, bem como os professores perdem a antiga permanência de relações e lugares, através da dissolução das turmas fixas e das salas de aulas dispersas por vários edifícios.

Todo este conjunto de medidas reformadoras, que toca também nos métodos e pedagogia da transmissão dos conhecimentos, provoca uma certa desorientação nos próprios professores universitários. A brancos com uma instituição que já não lhes oferece uma identidade segura, o próprio corpo docente vive inúmeras contradições bem expressas no proliferar dos debates acerca da função do professor. Neste capítulo é sintomática a introdução feita por Paul Thibaud ao número da revista «Esprit» dedicado à crise universitária<sup>(1)</sup>: «Muitas das hesitações e do desencorajamento existente gravitam à volta do dilema selecção e profissionalização de um lado, livre ac-

Quem tente abordar a história do Movimento Estudantil (ME) na Europa durante estes últimos anos, facilmente recolherá a impressão de um longo silêncio, pontualmente interrompido por sobressaltos de agitação mais ou menos rapidamente «normalizados» e diluídos na permanência da quietude universitária.



so e estudos desinteressados de outro. Na ausência de uma decisão sobre este ponto, muitos professores sentem um mal-estar permanente: o de praticarem um «abuso de confiança» num «lugar de manipulação de diplomas». Contudo, note-se que: se todos se referem àquela alternativa, raros são os que não hesitam em optar, como se pressentissem que ela tem algo de falso. De facto, por detrás de tal alternativa, o que está em jogo é a relação da universidade com a sociedade. (...) Qualquer uma das vias desta alternativa são, para a universidade formas de abandono. (...) O que fundamenta a relação da universidade com a sociedade é a sua competência própria, a qual não se pode reduzir à competência estritamente científica, no sentido corrente da elaboração e concentração de conhecimentos numa série de laboratórios. O papel da universidade é mais amplamente cultural: reflexão sobre o saber, sobre as práticas sociais, os valores, a memória colectiva. Ora é nisto, no que eles têm de específico a desenvolver que os professores não parecem acreditar, mais preocupados no manter do seu poder social que pelo sentido da sua acção.»

Mergulhados neste mundo de incertezas, os estudantes desta segunda metade dos anos setenta, não esperam já da universidade os estímulos e os instrumentos para uma tal crítica; reduzem a sua passagem pela universidade a uma actividade temporária esperando inserir-se na vida activa por etapas e a níveis relativamente baixos de qualificação e responsabilidade. Poucos são os que prefazem um currículo académico rectilíneo e «exemplar». Menos ainda os que fazem dos estudos universitários o factor determinante da sua autocompreensão enquanto jovens, concentrando aí as suas energias criadoras, mesmo quando por imposição o seu quotidiano é absorvido por 10 a 12 horas de aulas e estudo. Muitos buscam nos tempos livres a sua realização pessoal. Para quase todos o início dos estudos universitários não significa o início de uma carreira, nem coincide com uma autonomia em relação à família e consequente liberalização sexual. Deste modo, a «cultura-estudantil», tal como a conhecemos, com os seus ídolos, a sua maneira muito própria de se vestir, o seu «calão», os seus lugares preferidos de encontro, essa cultura dilui-se na cultura juvenil, ela mesmo extremamente incaracterística.

No dizer de alguns: «... Os estudantes de hoje são reservados e cépticos, muito influenciados pela situação de crise económica e social, pouco mobilizados, hostis ao compromisso político e ideológico, mais preocupados com o seu futuro material que com o destino do planeta, mais sequiosos de segurança que de aventura.» (2)

Estas afirmações, globalmente verdadeiras, pecam, no entanto, por excesso de generalização. A verdade é que uma análise macroscópica do meio estudantil não nos permite detectar os inúmeros focos da iniciativa estudantil. Por outro lado, parece tam-

bém evidente que não estamos em vésperas duma revolta massiva, qual novo Maio 68 (ainda que, não o esqueçamos, Maio 68 constituiu uma surpresa, mesmo para os analistas mais lúcidos da questão estudantil!). Mas o mais importante é olhar a realidade com lentes desprovidas de preconceitos ou saudosismos e tentar pensar o futuro sem mecanismos fáceis.

E ao que assistimos é a um novo tipo de utilização do espaço universitário pelos seus actores (estudantes e professores). Não já no sentido de fazer explodir o descontentamento e a revolta contra o «status quo», mas no sentido da crítica ao próprio conteúdo do conhecimento transmitido na universidade e da sua utilização nos mais variados campos da actividade humana.

Do interior duma instituição cada vez mais relativizada na sua importância — a investigação e a produção de conhecimentos inovadores tendem a ver-lhe exteriores — e na sua função — a transmissão de um certo grau de conhecimentos não lhe é exclusiva — esboça-se, radicado na sua própria crise, um aprofundamento do interesse pelo conhecimento sectorial da sociedade. Mais do que a programas ideológicos, os estudantes de hoje são sensíveis à utilização dos conhecimentos em áreas concretas da actividade social e intelectual. E a sua maior inserção no tecido social permite-lhes esta utilização duma forma mais crítica e criativa.

Evidentemente que não é por aqui que se «salva» a universidade ou se constrói um movimento de contestação política desta sociedade. Mas ao ME não restam muitas possibilidades, para além dum sindicalismo de carácter corporativista, que invente as propostas que aprofundem esta utilização da universidade, certamente ambigua, mas não menos importante, como o diz Olivier Mongin: «... não será que chegou o tempo de pensar que a universidade pode ter algo mais que um papel simplesmente crítico, género de universidade mantendo as suas distâncias do resto da sociedade e defendendo os seus privilégios? Enraizada na sociedade, concebida com uma ramificação social entre outras, a universidade poderá talvez acabar com a sua má consciência e a vergonha de si própria, na medida em que se torne num lugar de fermentação, de trabalho, de criação e de invenção, não se restringindo a um lugar de simples contestação da sociedade como se se pudesse efectivamente manter à distância desta. A importância de um tal lugar de criatividade social é evidente, num tempo em que o conjunto das representações se esboroa de maneira surpreendente. Deste ponto de vista torna-se indispensável acabar com as alternativas que condenam a vida social a ser uma parte do Estado ou então a fecharem-se na esfera do privado.» (3)

Por mais paradoxal que pareça, dada a tendência dos estudantes a se reconhecerem progressivamente menos como universitários, cremos que, de facto, o ME ou se assume progressiva-

mente mais como um instrumento deste tipo de utilização da universidade ou então não passará de ser a expressão radical da má consciência pequeno-burguesa.

#### NOTAS

(1) «Esprit» n.º 11-12 de Novembro-Dezembro 1978.

(2) Citado de Frédéric Gausson no «Le Monde de l'Éducation».

(3) Olivier MONGIN, número citado da revista «Esprit», pág. 222.



# reflexão sobre o passado

OU 2 OU 3 PONTOS  
PARA UMA NOVA  
ESTRATÉGIA  
ESTUDANTIL

JOÃO NEVES\*

ESTE TEXTO PRETENDE - OU PELO MENOS COLOCAR-SE NESSE SENTIDO - CONSEGUIR DESPOLETAR UM BALANÇO POSITIVO DAS LUTAS ESTUDANTIS DE 76/77 QUE ULTRAPASSANDO UMA VISÃO SUPERFICIAL E CHEIA DE CONSENSOS VAZIOS SE TRAZ DUZA NUM AVANÇO NA ANÁLISE POLÍTICA.

NO MOMENTO EM QUE VIVEMOS É ÚTIL E DECISIVO COMPREENDER OS ERROS E AS "VIRTUDES" DO NOSSO COMPROMETIMENTO POLÍTICO PASSADO, RETIRANDO LIÇÕES PARA UMA AUTO CRÍTICA COLECTIVA, FEITA NOS ÚNICOS TERMOS EM QUE ELA FAZ SENTIDO - A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ESTRATÉGIA ESTUDANTIL. É NESTA TAREFA QUE NOS EMPENHAREMOS.

A luta estudantil pós-25 de Nov. assenta numa estratégia defensiva das transformações democráticas e anti-capitalistas introduzidas, estratégia esta que baseia muita da sua relação com o exterior à escola, no movimento gerado pela candidatura de OTELO à Presidência.

Ou seja, por um lado, a estratégia traçada pelas organizações estudantis, UEDP e MES, assentava numa colocação meramente recuada na fixação de objectivos políticos e com uma grande incapacidade de lançar consignas que globalizassem o conjunto da acção e, por outro lado, a relação que o ME estabeleceu com a luta política global é feita na base da luta eleitoral e não num movimento político global de combate anti-capitalista.

Assim, a luta estudantil centra-se em :

- Combater o decreto de gestão de Cardia;
- tentar impedir o regresso dos professores saneados a Coimbra;
- bater-se contra reestruturações parciais do ensino.

Para além destas perspectivas, lança-se na tentativa frustrada de construir uma UNEP no seio das movimentações estudantis geradas nos processos anteriores.

A estratégia do ME e a natureza da direcção do movimento, se podem ganhar para os objectivos de luta as largas camadas estudantis, não conseguem ultrapassar uma natureza essencialmente reformista, a qual terá consequências tanto no desenvolvimento posterior dos afrontamentos estudantis como na desorientação política dos sectores e organizações não reformistas.

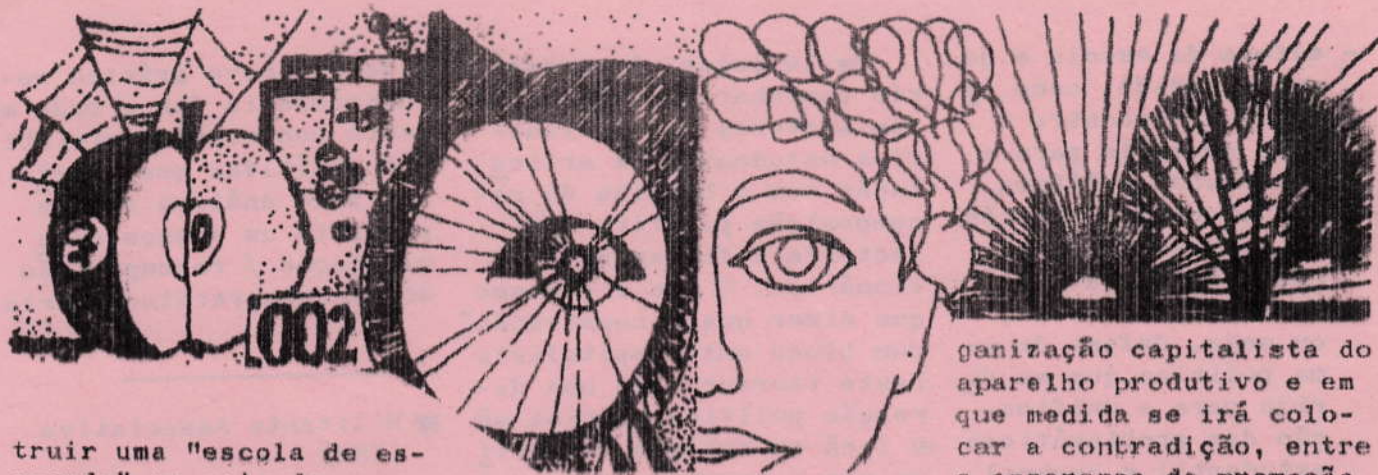
É esta incapacidade de realizar uma política consequente, de colocar objectivos fora do campo reformista e de compreender no seu real significado a viragem do 25 de Novembro e suas implicações nas escolas, que explicam a dificuldade de adaptação às novas condições da luta no terreno estudantil e a desagregação das organizações estudantis fora do terreno da UEC/PCP. A crise que

atravessamos se é o resultado de uma situação objectiva, ou melhor o reflexo dessa situação, é também e sobretudo o resultado de uma errada apreciação da realidade, caso da UJCR/UEDP, ou de uma apenas superficial e contraditória análise do MES.

É esta política do ME, que ao desprezar uma análise marxista da realidade e ao enredar-se por uma estratégia ao mesmo tempo reformista nos objectivos e radicalista na proposta de acção, agudiza as dificuldades dos sectores revolucionários de empreenderem uma nova prática política no ME.

Para citar um exemplo basta recordar que no ENDA de Coimbra, que decreta a greve geral para combater o encerramento da Academia de Coimbra, a direcção da UJCR defendia que a greve geral poderia conduzir à queda do governo e a direcção do MES com uma proposta alternativa em discussão e com maioria quase certa para a sua aprovação a retira da votação em favor da posição mais radicalista.

É também esta política vanguardista que para o conflito apenas tem uma proposta: greve geral; assim como é esta política hesitante que faz aprovar na III CONF. NAC. ESTUDANTIL do MES uma posição claramente reformista na base da defesa da possibilidade de cons



truir uma "escola de esquerda" no seio de uma profunda ofensiva capitalista.

É no seio deste processo sinuoso do ME e das organizações revolucionárias que se vai tomando consciência de que o ME oscila entre a acção política e a acção reivindicativa, entre a luta directa contra o governo e a luta limitada no meio escolar. Esta oscilação no próprio seio dos processos de massa reflectia-se na incapacidade das AAEE serem ao mesmo tempo estruturas democráticas viradas para a resolução dos problemas dos estudantes, no sentido mais sindicalista, e estruturas de mobilização de massa na luta contra a escola capitalista.

Esta contradição, que vai pondo em causa as AAEE como instrumento capaz de servir uma acção revolucionária, reflecte 2 direcções necessárias: por um lado, o combate no sentido de agudizar as contradições sociais pondo em crise as instituições políticas - o governo, sobretudo; por outro lado, a consciência de que, para reforçar a luta, era preciso ocupar-se das necessidades materiais e reais dos estudantes.

É no desenvolvimento desta contradição e pela incapacidade de gerar uma nova estratégia política capaz de unificar os objectivos sociais e políticos

da juventude estudantil que se desagrega tanto todo um bloco social anti-capitalista forjado pelo processo revolucionário, como as principais organizações não reformistas estudantis.

Esta crise de estratégia do ME é a parte visível de um iceberg, a crise das organizações da ER, crise esta que se tornou patente com a cisão do PCP(r) e a vitória, por escassa maioria, no IV Congresso do MES de uma posição reformista.

Mas, se no campo revolucionário se percebem "sinais de uma possível recomposição político-organizativa" no rumo da construção de uma nova força revolucionária, no terreno estritamente estudantil os passos têm sido mais lentos e muito débeis.

Importa, portanto, após esta breve reflexão sobre o passado, colocar 2 ou 3 pontos que se possam transformar em eixos de uma retomada da acção revolucionária nos terrenos de juventude e estudantil.

Em 1º lugar, é necessário aprofundar a análise sobre a escola, as suas contradições e as propostas das forças burguesas no que diz respeito ao seu futuro, tendo em atenção como se insere o aparelho escolar na reor-

ganização capitalista do aparelho produtivo e em que medida se irá colocar a contradição, entre a esperança de promoção social dos estudantes graças ao "canudo" e a impossibilidade em que se encontra o sistema económico de satisfazer essas esperanças, ou melhor, que perspectivas se abrem à escola no sentido da sua recolocação à luz da entrada de Portugal na CEE.

Em 2º lugar, é necessário construir uma proposta de trabalho político, que adaptada às forças militantes existentes, se centre na construção de um movimento de oposição à escola capitalista, o que nesta fase se materializa em:

- defender uma escolarização de massa, retomando a análise do significado da regionalização do ensino superior e da criação do ensino superior curto.
- defesa de um ensino crítico e científico, ou seja, que tenha relação com a realidade e que abra espaços para a análise e a proposta no terreno da investigação.
- defesa e consolidação de todos os espaços democráticos na escola, através do combate ao parlamentarismo e à democracia autoritária.

- defesa da escola e da universidade, como espaços de encontro e base de apoio para a unificação política da juventude, através de iniciativas e acções que extravazem os muros da escola, ou seja, defesa de uma política que se dirija para a unificação das problemáticas estudantil e juvenil nos terrenos em que tal se torna possível: modo de vida e marginalização social, de desemprego, ocupação dos tempos livres, cultura, etc...

- defesa das AAEE apenas como estruturas de apoio, o que deve levar ao não privilegiamento dessas estruturas no trabalho estudantil.

Em 3º lugar, é necessário caminhar na unificação dos sectores revolucionários estudantis em articulação com a batalha da recomposição política dos sectores e forças revolucionárias. O que é o mesmo que dizer que a construção dum bloco anti-capitalista neste terreno e de uma direcção política parcial só se fará em relação dialéctica com a construção de uma nova força revolucionária e em função da retomada dos movimentos de massa que expressem exigências políticas unificadas.

Esta colocação, talvez demasiado ideologista, ganhará sentido se ela estiver em função dos instrumentos de unificação que se produzirem - a revista, fundamentalmente; e, se for sempre mediatizada pelo político, ou seja, se a retomada de um novo alento

e de uma nova prática revolucionária for a cada momento concebendo iniciativas políticas que expressem pela análise e pela proposta um avanço na unificação / recomposição do terreno revolucionário.

---

\* Militante Associativo (ISE)

